

O Neoliberalismo e o estado mínimo em tempos pandêmicos

Neoliberalism and the minimum state in pandemic times

Recebido: 04/12/2022 | Revisado: 29/12/2022 | Aceitado: 04/01/2023 | Publicado: 06/01/2023

Josivan Rocha Josino

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1572-8152>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: josivanjosino@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa discorrer sobre a teoria econômica neoliberal e seus desdobramentos, fazendo um paralelo histórico sobre a busca pelo Estado Mínimo e sua influência individualizante no comportamento das pessoas, o que traz uma discussão para os tempos atuais, onde ainda vivemos em meio a uma pandemia de Covid-19. Foi utilizada como ferramenta metodológica a sociologia compreensiva, proposta por Max Weber, cujo objeto de estudo é a atividade social originada a partir das relações sociais, mais especificamente do comportamento apresentado por indivíduos em relação a outros. Quanto ao referencial teórico, além das consultas às diversas obras relacionadas ao assunto, o trabalho foi ancorado na teoria de Dardot e Laval (2016), que através de uma abordagem político-social e psicanalítica desse assunto, concluem que o neoliberalismo não representa tão somente uma teoria econômica, mas sim uma nova racionalidade global, que, dentre outras consequências, há uma tendência à dominação do homem e como ele passa a ser “governado”. É nesse cenário que inserimos o ser humano e a sociedade nessa nova ordem mundial, com todas as suas mazelas e idiosincrasias, e tudo isso em meio a uma pandemia.

Palavras-chave: Teoria política contemporânea; Neoliberalismo; Comportamento; Política econômica; Pandemia da Covid-19.

Abstract

This paper aims to discuss neoliberal economic theory and its developments, making a historical parallel to the search for the Minimum State and individualizing influence on people's behavior, bringing the discussion to the present time, where we still live in the midst of a covid 19 pandemic. As for the theoretical framework, in addition to consulting the various works related to the subject, the work was anchored in the theory of Dardot and Laval (2016), who, through a political-social and psychoanalytic approach to this subject, conclude that neoliberalism does not represent only an economic theory, but a new global rationality, which, among other consequences, has a tendency towards the domination of man and how he becomes “governed”. It is in this scenario that we insert human beings and society in this new world order, with all its ills and idiosyncrasies, and all this in the midst of a pandemic.

Keywords: Contemporary political theory; Neoliberalism; Behavior; Economic policy; Covid-19 pandemic.

1. Introdução

No contexto do estudo da teoria política contemporânea temos, dentre as mais variadas correntes de pensamento discutidas, o chamado neoliberalismo, que se tornou ao longo dos tempos a teoria econômica mais estudada e utilizada em escala global. Tal importância se deveu dentre outras razões pela derrocada do comunismo e das filosofias marxistas, especialmente na segunda metade do século XX, perdurando até os tempos atuais. Nesse contexto, combater suas atecnias e inadequações requer acima de tudo estudar a sua origem e entender sua evolução ao longo do tempo.

Os partidos de esquerda e a esquerda radical não podem somente utilizar slogans, velhos jargões e palavras de ordem para achar que isso enfraquecerá o neoliberalismo, pois este, pelo seu caráter individualizante, parece possuir um azougue que atrai as pessoas a segui-lo, haja vista sua filosofia voltada para a acumulação constante de recursos e a radicalização do direito à propriedade, que motivam e despertam nas pessoas o gosto pela riqueza.

É nesse diapasão que neste trabalho discorreremos sobre a racionalidade do neoliberalismo e a busca pelo estado mínimo, com as suas consequências na sociedade em que vivemos, especialmente em um momento delicado em que a

sociedade ainda vive uma pandemia causada pela Covid-19.

2. Metodologia

Para viabilizarmos esse estudo, nesta utilizamos pesquisa uma abordagem qualitativa em ciências sociais, com o apoio da sociologia compreensiva, de Max Weber. A sociologia compreensiva se distingue do positivismo, praticado por Augusto Comte (1798-1957), que defendia a unidade de todas as ciências e a aplicação da abordagem científica e quantitativa na realidade social humana. Segue abaixo comentário de Goldemberg (2004), que apresenta um contraponto entre a visão positivista de Comte e a social, de Max Weber e o surgimento da pesquisa qualitativa, a saber:

Para Weber, o principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o comportamento ao qual os indivíduos agregam significado considerando o comportamento de outros indivíduos. Os cientistas sociais, que pesquisam os significados das ações sociais de outros indivíduos e deles próprios, são sujeitos e objeto de suas pesquisas. Nesta perspectiva, que se opõe à visão positivista de objetividade e de separação radical entre sujeito e objeto da pesquisa, é natural que cientistas sociais se interessem por pesquisar aquilo que valorizam. Estes cientistas buscam compreender os valores, crenças, motivações e sentimentos humanos, compreensão que só pode ocorrer se a ação é colocada dentro de um contexto de significado. Esta discussão filosófica mais geral, que diferencia as ciências sociais das demais ciências, contextualiza o surgimento e o desenvolvimento das técnicas e métodos qualitativos de pesquisa social (Goldemberg, 2004, pp. 07).

Logo, o método utilizado nesse trabalho se baseia na compreensão e interpretação do comportamento das pessoas dentro de um determinado universo de tempo e espaço, que se traduz em um fenômeno definido por Weber (2021), como a “ação social”.

3. Resultados e Discussão

Neoliberalismo – doutrina, desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim em um grau mínimo, tendo sido proposta originalmente por economistas franceses, alemães e norte-americanos, na primeira metade do XX, como uma adaptação dos princípios do liberalismo clássico. De forma didática, Ota (apud Dardot; Laval, 2016, pp. 2), assim definiu o caráter filosófico do neoliberalismo, quando afirma que:

O neoliberalismo resulta de um processo histórico de construção estratégica. Seus princípios de controle pressupõem, como nas doutrinas liberais clássicas, a liberdade, mas uma outra que não a fundada sobre a relação diacrítica com a autoridade estatal. A liberdade neoliberal seria extraída da concorrência mercantil, cuja lógica terminaria por se generalizar para todas as esferas sociais, entre as quais o Estado, de agora em diante transformado em ente horizontal, em situação de competição com todos os outros agentes econômicos privados. Longe de ser simplesmente uma ideologia, o neoliberalismo configuraria uma racionalidade política global, que prescindiria de qualquer teleologia ou continuidade substantiva com as antigas formas do liberalismo.

Na mesma obra Nóvoa (apud Dardot; Laval, 2016, pp. 4) tece comentários sobre o neoliberalismo, quando afirma que:

Por múltiplos caminhos, o neoliberalismo se impôs como a nova razão do mundo, não deixando incólume nenhuma esfera da vida. O que se acha em causa é a forma de existência na modernidade última. Sua norma fundamental é a competição mortífera modelando tudo da vida social introjetada na subjetividade dos indivíduos pelo capital e seu mercado. Contudo, também se observam as “contracondutas” que instituem novas práticas e novas formas de luta. O homem Sísifo continua lutando pela emancipação humana.

Diante desses comentários, tem-se a noção de uma das características do neoliberalismo, que é a defesa da concorrência sem medida, que massacra a sociedade e os trabalhadores através da atribuição de metas, boa parte das vezes inexecutáveis, onde a classe trabalhadora é a mais impactada. Outra característica do neoliberalismo é a busca pela chamada “mais valia”¹, discutida na obra *O Capital* (1980), de Karl Marx, que representa a diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho, base do lucro no sistema capitalista.

3.1 Discussão sobre a evolução histórica do neoliberalismo no mundo contemporâneo

O neoliberalismo surgiu na segunda metade do século XX, porém ganhou força a partir das décadas de 1970/80, e se consolidou por intermédio de países ricos, com economia forte e globalizada, como Estados Unidos da América, Inglaterra, dentre outros (Gennari, 2001), como veremos a seguir.

Destacamos o comentário constante da obra do britânico David Harvey “O neoliberalismo – história e implicações” (2016, pp. 02), que detalha a evolução do neoliberalismo no mundo contemporâneo, mostrando a magnitude da influência dessa teoria econômica ao longo do tempo em países com políticas e culturas antagônicas, como por exemplo China e Estados Unidos da América.

Os futuros historiadores poderão coerentemente ver os anos 1978- 80 como um ponto de ruptura revolucionário na história social e econômica do mundo. Em 1978, Deng Xiaoping deu os primeiros passos fundamentais para a liberalização de uma economia gerida por um governo comunista em um país que abrigava 20% da população mundial. O trajeto que Deng definiu iria transformar a China, em duas décadas, de um remoto país fechado num centro aberto de dinamismo capitalista com taxas de crescimento constantes sem paralelo na história humana. Do outro lado do Pacífico, e em circunstâncias completamente diferentes, uma figura relativamente obscura (mas agora renomada) chamada Paul Volcker assumiu o comando do Banco Central dos Estados Unidos (FED) em julho de 1979, e no curso de alguns meses mudou dramaticamente a política monetária. O FED a partir de então assumiu a liderança na luta contra a inflação, independentemente das consequências (em particular no que se refere ao desemprego). Do outro lado do Atlântico, Margaret Thatcher já tinha sido eleita primeira-ministra da Grã-Bretanha, em maio de 1979, com a tarefa de restringir o poder dos sindicatos e levar ao fim uma destruidora estagnação inflacionária que envolvia o país na década precedente. Então, em 1980, Ronald Reagan foi eleito presidente dos Estados Unidos e, armado com uma genialidade e um carisma pessoal, impeliu seu país a revitalizar a economia, ao apoiar as decisões de Volcker no FED e adicionar sua própria mistura particular de políticas destinadas a restringir o poder do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente como no cenário mundial. A partir desses diversos epicentros, os impulsos revolucionários aparentemente se disseminaram e reverberaram para impor ao mundo que nos cerca uma imagem totalmente diferente. Transformações desse alcance e dessa profundidade não ocorrem por acaso. Assim, é pertinente perguntar por que meios e percursos a nova configuração econômica — frequentemente designada pelo termo *globalization* — foi arrancada das entranhas da antiga? Tanto Volcker e Reagan como Thatcher e Deng Xiaoping usaram argumentos secundários que havia muito estavam em circulação e os transformaram em argumentos fundamentais (embora em nenhum caso sem enfrentar uma longa batalha). Reagan retomou a tradição minoritária que remontava, no âmbito do Partido Republicano, a Barry Goldwater, no início dos anos 1960. Deng viu a riqueza e a influência do Japão, de Taiwan, de Hong Kong, de Cingapura e da Coreia do Sul em ascensão e procurou mobilizar o socialismo de mercado em vez do planejamento central para proteger e promover os interesses do Estado chinês. Volcker e Thatcher arrancaram das sombras de uma relativa obscuridade uma doutrina particular que respondia pelo nome de “neoliberalismo” e a transformaram na diretriz central do pensamento e da administração econômicos. E é principalmente dessa doutrina — de sua origem, sua ascensão e suas implicações — que me ocupo aqui.

Nessa época (década de 1980), o mundo vivia uma onda de crises econômicas, motivadas principalmente pelo avanço da inflação, a diminuição da rentabilidade das empresas e o aumento do déficit público e a desaceleração da economia em muitos países, inclusive no Brasil, sendo constante as discussões sobre ideias de como reverter esses graves problemas.

¹ Loyola, P. R. G. *Valor e mais-valia*: examinando a atualidade do pensamento econômico de Marx.

Em toda crise há sempre espaço para se eleger um vilão que represente a causa de todos os problemas dos países e das sociedades, que precisa ser de imediato combatido. Nessa linha de pensamento, elegeu-se o chamado “welfarismo²”, palavra que remonta à teoria tradicional de bem-estar social, muito em voga à época, em especial, nos países europeus, como um dos vilões da economia, haja vista pregar o bem-estar social como premissa para um bom desenvolvimento econômico e da sociedade (Fonseca, 2018).

No entanto, nesse período, com a mudança de dirigentes dos governos das potências internacionais, como Estados Unidos da América e alguns países da Europa, essa situação começou a se modificar com a implantação da teoria econômica do neoliberalismo que, dentre outras medidas, visava à diminuição da influência dos grandes sindicatos de trabalhadores, e por consequência ao enfraquecimento da classe trabalhadora³ na busca por direitos, à desburocratização de processos, fortalecimento do conceito de propriedade privada e diminuição da atuação do estado em assuntos considerados não-essenciais para a sociedade (Tessaro; Costa; Souza, 2021).

Nesse ínterim, temos a impressão dada por Dardot e Laval (2016, pp. 187), que bem traduz a atmosfera do entendimento dessa questão frente à sociedade e ao mercado na década de 1980:

Os anos 1980 foram marcados, no Ocidente, pelo triunfo de uma política qualificada, ao mesmo tempo, de “conservadora” e “neoliberal”. Os nomes de Ronald Reagan e Margaret Thatcher simbolizam esse rompimento com o “welfarismo” da social-democracia e a implementação de novas políticas que supostamente poderiam superar a inflação galopante, a queda dos lucros e a desaceleração do crescimento. Os slogans frequentemente simplistas dessa nova direita ocidental são conhecidos: as sociedades são sobretaxadas, superregulamentadas e submetidas às múltiplas pressões de sindicatos, corporações egoístas e funcionários públicos. A política conservadora e neoliberal pareceu, sobretudo, constituir uma resposta política à crise econômica e social do regime “fordista” de acumulação do capital. Esses governos conservadores questionaram profundamente a regulação keynesiana macroeconômica, a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos assalariados. A política de demanda destinada a sustentar o crescimento e realizar o pleno emprego foi o principal alvo desses governos, para os quais a inflação se tornara o problema prioritário.

Como se pode extrair desse tópico, a partir daquele momento da história, o neoliberalismo ganhou força e sua implementação se ampliou para diversas partes do planeta, fortalecendo-o.

3.2 Sobre o crescimento do mercado de capitais como fruto do Neoliberalismo

É nesse período que o mercado de capitais passa também a ser considerado global, sendo o dólar americano escolhido como a moeda reguladora do câmbio mundial. Melhor detalhando, não que as demais moedas dos diversos países deixassem de existir ou perdessem valor, mas na verdade sua conversibilidade passou a ser balizada na cotação diária do dólar americano.

Da mesma forma, e com o advento da internet, foi implantada uma espécie de globalização do mercado financeiro, não mais existindo barreiras entre os países, havendo a possibilidade de os capitais migrarem de país a país, não havendo nenhuma dificuldade para a sua aplicação no âmbito do mercado financeiro, tanto no mercado futuro quanto no mercado de balcão à vista (negociação de ações em bolsa de valores).

A propósito desse assunto, como se sabe, as bolsas de valores foram criadas com o intuito original de proporcionar o financiamento das empresas de capital aberto listadas no mercado de renda variável (ações e outros papéis) e também financiar o déficit público. No entanto, em um segundo momento, o mercado em bolsa de valores passou a ter outro caráter e objetivo, a

² “Entre os anos de 1945 e 1979 a política britânica foi dominada por um Partido Trabalhista e pelo One Nation Conservatives com inclinações **welfaristas**, que defendiam intervenções econômicas e sociais por parte do Estado, de forma a lidar com a pobreza e manter o poder da comunidade” (Hall; Gunter, 2015).

³ “A produção é fragmentada internacionalmente, de forma a minimizar os custos totais. Os recursos mais móveis como tecnologia, management e equipamentos são levados para o local do menos móvel, a saber, a mão-de-obra pouco qualificada e com condições sindicais mais frágeis” (Dupas, 1998, online).

especulação, o aumento de ganhos, de rentabilidade e a elevação do acúmulo de capital, modificando a ideia do objetivo inicial desse mercado.

Com relação a isso, praticamente nos acostumamos a ouvir, assistindo aos noticiários, o termo “mercado”, que passou quase a ter um caráter identitário. Notícias como “o Mercado não recebeu com bom humor essa medida”, ou “o Mercado reagiu bem a essa mudança”, passaram a ser comum em nosso dia a dia, proporcionando-lhe um suprapoder que até então não existia.

Exemplo disso é a discussão em voga hoje quanto à questão do rompimento do teto de gastos e do respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal⁴, frente à necessidade urgente de cobertura social para o combate à fome no país, a ser implementada no novo governo Lula (2023-2026). Ao defender a exclusão do Bolsa Família do teto de gastos, o governo planeja ter condição mais favorável para gerir esse programa social e combater a miséria por que passa a população pobre do país. No entanto, o “mercado”, representado pelos grandes conglomerados de comunicação alardeiam a ideia de que essa medida representaria uma espécie de “cheque em branco” para o governo gastar sem controle, o que não os parece verdadeiro. Tal conflito de entendimentos somente terá um desenlace com a avaliação das primeiras medidas tomadas pelo governo que sucederá ao atual.

Para enriquecer e detalhar essa questão, temos que na obra *A Nova Razão do Mundo* (Dardot; Laval, 2016, pp. 197), os autores caracterizam e pormenorizam tais mudanças ocorridas no mercado financeiro global, que passaram a afetar diretamente as empresas e as pessoas em geral:

De fato, o poder financeiro dos proprietários da empresa conseguiu dos gestores que estes exercessem pressão constante sobre os assalariados com o intuito de aumentar os dividendos e as cotações na bolsa. Segundo essa lógica, a “criação de valor acionário”, isto é, a produção de valor em proveito dos acionistas como determinam os mercados de ações, torna-se o principal critério de gestão dos dirigentes. O comportamento das empresas é profundamente afetado. O principal efeito que tiveram essas práticas de controle foi tornar o aumento da cotação em bolsa o objetivo comum de acionistas e dirigentes. O mercado financeiro foi constituído em agente disciplinante para todos os atores da empresa, desde o dirigente até o assalariado de base: todos devem submeter-se ao princípio de accountability, isto é, à necessidade de “prestar contas” e ser avaliado em função dos resultados obtidos.

O aumento das taxas de juros para combater os níveis elevados de inflação teve várias consequências, dentre elas, a elevação dos ganhos no mercado financeiro, o empobrecimento da população assalariada e da não-assalariada, em função do estratagema da deflação salarial feita de forma proposital para conter o consumo (e por conseguinte a inflação de produtos de primeira necessidade).

Da mesma forma, com a economia sob domínio do “mercado” (bancos, financeiras, bolsa de valores, negócios no mercado futuro e investidores), desenhava-se o outro lado da moeda, que seria o aumento da oferta de crédito (com juros elevados) às pessoas endividadas e às micro e pequenas empresas em dificuldade (Vieira, 2020). Isso gerou nova disfunção na sustentabilidade do neoliberalismo, com o aumento geral da pobreza e o enriquecimento dos detentores do capital, uma minoria à época, como se pode enxergar nas palavras de Dardot e Laval na obra *A Nova Razão do Mundo* (2016, pp. 198), senão vejamos:

O fortalecimento do capitalismo financeiro teve outras consequências importantes, sobretudo sociais. A concentração de renda e patrimônio acelerou-se com a financeirização da economia. A deflação salarial traduziu um poder maior dos detentores dos capitais, o que lhes permitiu atrair um acréscimo importante de valor, impondo seus critérios de rendimento financeiro à toda a esfera produtiva e fazendo as forças de trabalho competirem em escada mundial. Ela levou muitos assalariados a recorrer ao endividamento, que o ativismo monetário do Federal Reserve Bank tornou

⁴ Lei Complementar nº101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

mais fácil depois do crash de 2000. O empobrecimento relativo e muitas vezes absoluto desses assalariados submeteu-os desse modo ao poder das finanças.

3.3 O neoliberalismo e o “homem-empresa”

A implementação do neoliberalismo nas sociedades modernas modificou a economia, as finanças, as relações entre governo e seus governados, mas também modelou ao passar dos anos a personalidade dos profissionais que trabalham em empresas e os empreendedores. Com a competitividade estimulada nas empresas, seus profissionais foram obrigados a pensarem e agirem não mais somente com a eficiência sobre como executavam o serviço até então. A literatura fala da criação do novo profissional do neoliberalismo que pauta suas ações sob o prisma da eficácia (fazer o que precisa ser feito), não levando necessariamente em consideração seus valores culturais e de formação familiar e de conduta ética.

Nesse mesmo prisma, quando no âmbito empresarial, esse profissional passa gradativamente a pensar de acordo com a missão, as estratégias e as orientações passadas pela empresa, pois, na verdade, ele, para se destacar como profissional, tem que agir e pensar como se ele também fosse uma empresa. Nesse sentido, não é incomum nas conversas no ambiente empresarial que o sujeito para ter destaque precisa agir e obter resultados de “alta performance”, pois precisa também “garantir a sua empregabilidade”.

Tais condutas são citadas na obra *A Nova Razão do Mundo* (2016, pp. 323), quando os autores definem a nova personalidade do profissional nesse novo ambiente corporativo, pautado no neoliberalismo, em que o sujeito deve se assemelhar e pensar como uma empresa e que se chamará “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou “neossujeito”:

Do sujeito ao Estado, passando pela empresa, um mesmo discurso permite articular uma definição do homem pela maneira como ele quer ser “bem-sucedido”, assim como pelo modo como deve ser “guiado”, “estimulado”, “formado”, “empoderado” (empowered) para cumprir seus “objetivos”. Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos.

4. Conclusão

Pelo até aqui discutido e sem ter a pretensão de encerrar o assunto, entendemos que o advento da implementação do neoliberalismo promoveu inúmeras mudanças na ordem econômica mundial (inclusive no Brasil), embora em certa medida já tenha mostrado fragilidades em sua consecução como foi o caso da crise de liquidez de 2008 (crise do subprime), iniciada pela falência de grandes bancos e financeiras nos Estados Unidos da América, exigindo que o governo norte-americano socorresse essas empresas e tomasse outras medidas econômicas saneadoras, como a ajuda às pessoas que ficaram desempregadas naquela oportunidade, injetando recurso na economia e inflando a liquidez no mercado, buscando com essas medidas mitigar os prejuízos ocasionados por esse evento, que logo após se mostrou sistêmico, em nível global.

Da mesma forma, a defesa do estado mínimo não se sustenta quando da eventualidade de evento sistêmico causado por força maior, como por exemplo a pandemia da Covid-19, hoje com menor número de mortes em função da eficácia da vacina, mas ainda em curso e com constante aparecimento de novas variantes do vírus (Pordeus; Pordeus; Mesquita, 2022). Como se sabe, para combater a pandemia, e ao mesmo tempo amparar as pessoas que ficaram sem recursos para se manterem, os governos em nível mundial tiveram que aceder em elevar suas despesas e ao mesmo tempo imprimir moeda. Ficou claro nesse momento a necessidade da presença do estado para se colocar à frente desse processo, visando a dar apoio à sociedade, visto que a iniciativa privada não teve a capacidade, disponibilidade, condição ou disposição em fazê-lo.

O mundo vive hoje uma nova crise global no capitalismo (Brettas, 2017), com desdobramentos em uma crise alimentar de proporções imprevisíveis, fruto da conjunção de diversos fatores: inflação nos países desenvolvidos (Estados

Unidos, Alemanha, Reino Unido, por exemplo), guerra da Ucrânia X Rússia, alterações na produção de petróleo, com excesso ou redução de produção etc. Esses e outros estão causando instabilidade na economia global, seja com o aumento da inflação, obrigando os governos a elevarem as taxas de juros para controlá-la, seja com a deficiência no fornecimento de energia elétrica e gás para a Europa, elevando sobremaneira o preço do produto/serviço à população, seja com as alterações bruscas da produção de barris de petróleo no mercado internacional, provocando oscilações no preço cobrado do consumidor final.

Toda essa engrenagem, agravada pela inflação global descontrolada, só reforça o equívoco em se pensar em estado mínimo como panaceia para os problemas econômicos das sociedades modernas. Logo, ratificamos o entendimento de que a questão pode ser tratada de forma móvel, de acordo com as necessidades apresentadas pela economia, não sendo razoável se pensar que tão somente na figura do estado mínimo como solução para todos os problemas, haja vista que a sociedade já deu provas de não ser capaz de por si só contornar crises globais sem a presença garantidora do estado.

Por fim, como já comentado, a ideia de transformar o sujeito em empresa, com a alcunha de “governamentalidade” empresarial, carece de fundamento e razoabilidade, haja vista que esse modelo de gestão leva as pessoas a um individualismo exacerbado, podendo vir a prejudicar a sua saúde física e mental e o convívio com as demais pessoas e família, parecendo servir somente, em última instância, aos que detêm o capital e muito lucram com essa prática.

Referências

- Andrade, M. M. (2009). *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*, (9) Atlas.
- Borça Junior, G. R., & Torres Filho, E. T. (2008) Analisando a crise do subprime. *Revista do BNDES*, 15(30), 129-159.
- Brasil. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.
- Brettas, T. (2017). Capitalismo dependente, Neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. *Temporalis*, Brasília (DF), 17(34). https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17702/pdf_1.
- Carneiro, J. D., Paniz, F. X. M., Jesus, F. T., & Paiva, C. E. A. (2017). *Sociologia Compreensiva*. Editora e Distribuidora Educacional S.A. Londrina (PR).
- Dardot, P., Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Editora Boitempo.
- Dupas, G. A. (1998). *Lógica da Economia Global e a Exclusão Social*. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141998000300019>.
- Fonseca, F. (2019). Impactos do neoliberalismo ao estado de bem-estar e à democracia: Uma análise conceitual e empírica. *GIGAPP Estudos Working Papers*, 6(117), 114-130. https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/141-texto_del_arti_culo-523-1-10-20190416.pdf.
- Gennari, A. M. (2001). Globalização, Neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. *Pesquisa & Debate*, SP, 13(21), 30-45.
- Hervey, D. (2008). *O Neoliberalismo – história e implicações*. Edições Loyola.
- Hall, D. & Gunter, H. M. (2015). *A Nova gestão Pública na Inglaterra: a Permanente Instabilidade da Reforma Neoliberal*. 2015. <https://www.scielo.br/j/es/a/wTdg5CVwhqfT4kj5LNRpXtD/?format=pdf&lang=pt>.
- Loyola, P. R. G. (2009). *Valor e mais-valia: examinando a atualidade do pensamento econômico de Marx*. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3519/1/2009_Art_PRGLoyola.pdf.
- Marx, K. (1980). *O Capital*. Editora Civilização Brasileira. São Paulo.
- Politize. (2022). *O que é liberalismo?* https://www.politize.com.br/liberalismo-o-que-e/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAiAhKycBhAQEiwAgf19ekeeTBkeRgF2kDMEeeS8ZBO9W_Oz5xkMvE5XpFazYW5UTvaeZoQetBoCO0MQAvD_BwE.
- Pordeus, M. P., Pordeus, C. L. V., & Mesquita, S. M. S. (2022). O trabalhador e a conjuntura do desemprego na pandemia de Covid-19: consequências para a saúde mental. *Conjecturas*, (22), 1-15. <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1264>.
- Possamai, R. Serigti, F. (2022). *Crise Alimentar no Mundo*. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/88064/82807>.
- Streeck, W. (2012). As Crises do Capitalismo Democrático. *CEBRAP [online]*. (92), 35-56. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-33002012000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.
- Tessaro, N. S., Costa, M. L. F., & Souza, V. F. M. (2021). Neoliberalismo em questão: influências no campo educacional brasileiro e na produção do conhecimento. *EccoS – Rev. Cient.*, (56), 1-15.
- Vieira, F. M. (2020). O sujeito e o neoliberalismo: uma questão de Economia. *Analytica*, São João del-Rei, 9 (17). <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v9n17/v9n17a10.pdf>.
- Weber, M. (2021). *Ensaio de Sociologia*. Editora LTC.